

NOTAS DE BIBLIOGRAFIA E DE CRÍTICA

MARTINZ DE AGUIAR — NOTAS DE PORTUGUÊS DE FILINTO E ODORICO (TRANSCRIÇÃO E COMENTÁRIO) — Organização Simões, Rio, 1955, 478 pp.

Graças ao benemérito editor Simões, os estudiosos de assuntos de linguagem têm podido ler trabalhos de real valor, quer nas publicações de novas pesquisas, quer nas reedições de antigas páginas esgotadas. A contribuição do esforçado editor demonstra claramente sua simpatia por este gênero de estudos e daqui fazemos nossos votos de que não desista da cousa começada.

Entre os trabalhos novos da Coleção Rex, queremos hoje chamar a atenção dos leitores desta revista e de quantos se interessam pela língua portuguesa para o livro do Prof. Martinz de Aguiar, **Notas de Português de Filinto e Odorico**. Infelizmente, as publicações do Norte e Nordeste do país não nos chegam com facilidade às mãos, de modo que o culto catedrático de português do Colégio Estadual do Ceará só agora poderá ser lido e julgado com admiração e respeito por muitos professores da nossa disciplina. Em todos os seus estudos que tivemos oportunidade de ler, encontramos o Prof. Aguiar inteirado dos métodos modernos de investigação lingüística, conhecendo as melhores fontes e delas tirando o esperado proveito. Não fica na gramatiquice que se poderia esperar num trabalho que dá atenção às notas desses dois gigantes batalhadores da pureza do idioma, mas procura horizontes mais amplos da disciplina a que noutro livro chamou **psicolingüística**, "um dos mais fortes pilares em que assenta hoje a filologia" (**Notas e Estudos de Português**, pág. 149. Ceará, 1942).

Em todos os seus trabalhos, ao lado do reflexo de grande inteligência e cultura, vê-se ainda uma independência de pontos de vista no tratamento de antigos e novos problemas de linguagem. Nem sempre podemos concordar com os resultados a que chegam suas pesquisas, mas não nos é possível tirar-lhes a nota de originalidade por que enfoca as questões propostas. O Prof. Aguiar não faz segredo desta independência e já em 1922, no **Repasso Crítico da Gramática Portuguesa**, tese de concurso para o Liceu do Ceará, anunciava: "Aí vai o meu estudo. Se a Congregação do Liceu do Ceará quer preencher a vaga existente no seu seio com um homem capaz de raciocinar, daqueles de que fala Le Dantec *, abra-me as portas do nosso ginásio, que saberei honrar a cadeira em que se assentou o meu sábio mestre Tórres Portugal; se, porém, quer um mero fonógrafo, um individuo sem critério, um sujeito intelectualmente nulo — o que não é de esperar da sua elevada sabedoria —, então, afaste-me para bem longe, como um elemento altamente subversivo" (págs. 14-15). Neste particular é discípulo que honra seus dois mestres portugueses de real valor, infelizmente hoje pouco conhecidos: Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos (a quem, cremos nós com exagero, o Prof. Aguiar chama "ainda hoje o maior gramático da língua portuguesa", **Notas de Português**, págs. 232 e 351) e Antônio José Gonçalves Guimarães, "sábio em mais de um ramo da ciência, nos seus magistrais **Elementos de Gramática Latina**, o qual, através da sua obra admirável, foi o meu mestre de filologia" (**Notas e Estudos de Português**, 73).

Assim, estamos diante de um trabalho de mestre, digno de nossa maior

*) Diz Le Dantec, citado pelo Prof. Aguiar: "Podemos com eficácia empregar o argumento de autoridade para convencer a multidão, mas não devemos servir-nos d'ele para convencer um homem que pensa por si mesmo e se julga capaz de raciocinar e discutir as opiniões dos outros homens".

atenção, cuja leitura recomendamos vivamente aos prezados colegas de disciplina. Tomamos, outrossim, a liberdade de apresentar à consideração do nosso amigo Prof. Aguiar e dos distintos leitores as despreziosas notas que se seguem, algumas das quais já lembradas ao pesquisador cearense, em correspondência particular.

No **Prefácio**, o autor explica porque escolheu Francisco Manuel do Nascimento: "Traduzindo, Filinto fazia questão de ser verdadeiro, não por apegar-se escravamente à letra, mas por não querer afastar-se do sentido e por catar, para o modo de dizer original, o correspondente modo de dizer português, como veremos no desenvolver deste trabalho, que só terá em conta as "Fábulas escolhidas entre as melhores de J. La Fontaine, traduzidas em verso português." O autor, perseguido por inimigos muitas vezes gratuitos, que apenas desejavam ficar bem com os esbirros e julgadores da Inquisição, o fantasma temerosíssimo que por tantos anos assombrou o pensamento português, tinha o hábito de soto-por esclarecimentos ao que escrevia, para justificar-se perante eles da sua linguagem, como se não fôsse bastante a autoridade própria para deixá-la correr livremente. São algumas dessas notas que vou oferecer aos leitores, passando-as, dentro dos limites filológicos, para a grafia atual e acompanhando-as do comentário requerido" (pág. 9). E por que juntar Odorico a Filinto? "E' que o poeta oitocentista brasileiro muito admirava o poeta setecentista português, dêle se proclamava discípulo, achava-lhe **homérico** o estilo (pág. 329), como êle se explicava em notas que merecem difusão e, referindo-se-lhe na página 330, escreveu textualmente: "Não conheço tradutor poeta que tanto me agrade, em língua nenhuma" (9-10).

Numerosíssimas notas de linguagem se espalham pelos sete capítulos de que a obra se compõe: I — **Da fidelidade na tradução** (11-113); II — **Do amor à clareza e aos clássicos** (114-153); III — **De poética e estilo** (154-166); IV — **De ortografia e gramática** (167-183); V — **De boa linguagem** (184-279); VI — **De galicismos** (280-288); VII — **Dos erros de Filinto e Odorico** (289-468). Remata o trabalho uma relação bibliográfica a que, por vèzes, faltam indicações preciosas ao leitor, como, p. ex., a edição de que se serve das obras de Odorico, quando dela se queixa na nota da pág. 89 e em 263, onde declara: "A minha edição do **Virgílio Brasileiro** não teve boa revisão tipográfica". Pelas coincidências entre as páginas de nossa edição e as do Prof. Aguiar, podemos quase afirmar que se trata da nova edição feita por H. Garnier, Livreiro-Editor, sem data.

A riqueza de assuntos que encerram as **Notas de Português** está a exigir um índice minucioso que muito facilitará o trabalho de consulta aos leitores. Os largos conhecimentos de francês e latim permitiram que o autor se sáisse admiravelmente bem da empresa, sendo que o seu cuidado e observações se voltaram de preferência para os comentários do escritor português.

1 — Na pág. 16, cremos que **wisarme** não explica **perfeitamente** o português e o castelhano **bisarma**, palavra que está precisando maiores comentários.

2 — Na pág. 18, sôbre **gavela**, pode-se lembrar que, pela troca do **v** por **b**, não raro surge **gabela** por **gavela**. Cf. por exemplo, Camilo, **O Bem e o Mal**, 40 ed. Casassanta: "E' largo e alto o portão de castanho, que abre sôbre um espaçoso quinteiro, intransitável na maior parte do ano, por causa das gabelas de tojo e urze, que os pés do gado vão calcando e curtindo".

3 — Na pág. 22, quanto à origem de **tarelo**, acha, aliás bem, que não parece ser contração de **tagarela**, **tagarelo**; mas não esclarece a sua posição perante o difícil problema.

4 — Na pág. 25 assinala, com razão, que o provérbio **Águas passadas não moem** (ou **movem**) **moinho** é alteração de uma forma mais antiga. O Prof. Aguiar propõe: **Águas passadas, não mói moinho**, onde há "duas proposições,

uma nominal, do particípio **passadas**, outra pura, do indicativo, mas com o verbo no singular. Se o moinho é d'água e se já passaram as águas que o movimentavam, teve de parar, não mais podendo moer o grão. A pressa da digção eliminou a pausa que separava as duas proposições, representada gráficamente pela vírgula. Daí o dar-se-lhe **águas passadas** por sujeito e levar-se o verbo ao plural, sintaxe popular, que, por isso mesmo, Filinto adotou; mas que não faz sentido: **águas passadas não moem moinho**. E como o verbo **moem** lembra **movem**, que dava um sentido conveniente, agora mais conveniente ainda, operou-se a atração, não só paronímica, mas paronímico-semântica: **águas passadas não movem moinho**" (ibid.).

Encontramos três obstáculos para aceitar esta explicação no que toca à oração "nominal do particípio **passadas**": primo: sujeito anteposto ao verbo em oração desta natureza, embora tal sintaxe fôsse conhecida do port. antigo, como sabemos. Resta-nos verificar a data da circulação do provérbio ou, pelo menos, a documentação mais antiga.

secundo: parece-nos que os exemplos mais antigos trazem "**com águas passadas não mói o moinho**" (os **Adágios** reunidos por F.R.I.L.E.L. — ed. rolandiana, 1841 — trazem no singular: "**Com água passada...**"). A 2.^o ed. de Morais (1813) não arrola a expressão, mas a vemos na 5.^o (1844) e 6.^o (1858). Note-se que a 1.^o ed. dos **Adágios** de Delicado, citados no **Dicionário** de nosso grande patricio, é de 1651.

tertio: a comparação com idiomas românicos que também conhecem o provérbio, não nos deixa margem para pensar numa primitiva proposição reduzida:

fr.: le moulin ne meut pas avec l'eau coulé en bas; prov.: aigo passado fai pas mouïre (lou) moulin; it.: acqua passata non macina più; reto-român.: ova passada nu far ir pü il muglin; esp.: agua pasada no muelle molino; cat.: aigua passada no mol molí (apud. W. Gottschalk, **Die Bildhaften Sprichwörter der Romanen**, II, 240. 3 vols., Heidelberg, 1936).

5 — Na pág. 35, sôbre aportuguesamento de nomes estrangeiros, a forma de Rocha Pita **Villa-Ganhon** nos leva naturalmente à grafia correta do ilustre francês Villegagnon (e não Villegaignon, com **i**). Assim vemos grafado o nome do "Caim da América" nos seus dois livros **Caroli V imperatoris expedito in Africam ad Argieram** (1542) e **De bello melitensi ad Carolum caesarem et ejus eventu gallis imposto commentarius** (1553).

6 — Na pág. 51 condena, com razão, **financiar** por **financear** (com **-ear**, cf. balança — balancear), o que se deve, cremos, à influência do fr. **financier**. É palavra de empréstimo, tipo que nem sempre se regula pelas normas tradicionais. E depois a aproximação, na fonética brasileira, de **-ear** a **-iar** (pron. /baláciar/) vai unificando os dois grupos e estendendo as exceções assinaladas pelos gramáticos. O e átono final é proferido como **i**, de modo que as desobediências aí também ocorrem com mais freqüência: **sede** — **sediar**, ao lado de **breve-abreviar**, **êxtase-extasiar**, etc. No próprio Filinto parece haver alternância entre **bazofiar** e **bazofear**. Cf. pág. 128.

7 — Na pág. 68 e seguinte estuda o verbo **haurir**, que ainda não vem na ed. de Morais feita sob suas vistas, mas que já se encontra, por exemplo, na 6.^o, excelentemente preparada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão. "Não estou, porém, habilitado — comenta o Prof. Aguiar — a dizer que (o verbo) foi criado aí pelo nosso excelente Filinto" (pág. 69). Ora, a paternidade do neologismo, parece-nos evidente que o autor atribui a si na nota ao verso "Para as funções do Templo, haurindo a linfa", que ocorre a páginas 191, vol. I, ed. de Paris de 1819: "Este verbo **haurir** (donativo que a Língua Latina fêz à Língua Portuguêsa, filha sua) devemos aceitar-lho com agradecimento; porque nos poupa uma circunlocução; e como já possuímos **exaurir** e

exausto, necessidade fôra fecharmos portas ao positivo. Além do muito útil que é o **haurir** para a tradução do **puiser** dos franceses. Demos mais essa ajuda de custo aos que amam esquivar-se a galicismos. Querem os que mais portugueses não sabem que o da corrente conversação que um poema épico não empregue frase que não seja do seu alcance, é quererem que com dous negalhos de retrós lhe bordem de ouro e prata um magnífico docel" (ibid., 191-2). Apesar desta declaração, emprega o verbo duas vêzes na página 33 da mesma tradução de **Os Mártires** de Chateaubriand, de onde, aliás, extraímos a nota anterior, sem nenhum comentário ou estranheza — e há até uma transcrição —, como se fôsse vocábulo de uso corrente: "Já falando dos que imitavam Platão, dizia Longino, no seu Tratado do Sublime: "Em Homero, como em vivo manancial, hauria (Platão) e dêle derivava infinitos arroios". Quão venturoso fôra eu, se alguns tragos, também, dêle haurir pudesse?" (vol. I).

8 — Na pág. 70, estudando a origem do nosso **manha**, crê que deve mesmo "representar duas palavras populares latinas, um **mania**, de **manu**, e um **magna**, **macna**, de **machina**". Estamos com Meyer-Lübke que julgava foneticamente tão impossível a explicação através de **machina**, proposta por Diez e repetida por Körting, que a ela já não faz referência na 3.^o ed. do R.E.W. (n.^o 5330). A explicação mais aceitável é, sem dúvida, pelo latim vulgar ***mania**, de **manus**. Corominas, no seu moderníssimo e excelente **Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana** (Berna, 4 vols. 1954-1957) apresenta-nos extensa e elucidativa resenha do problema no vol. III, págs. 249-250. E' difícil ainda, por falta de material que o justifique, concordar com o Prof. Aguiar quando: "O português **olha** (melhor fôra escrever **ôlha**) é que deu o castelhano **olla**, e não o contrário, como têm afirmado erroneamente vários etimólogos". Acreditamos, sim, que o latim **olla**, antigo na península, servisse independentemente as duas línguas. A cronologia, quando feita, poria luzes à questão. Corominas, op. laud., III, 559, continua a atribuir origem castelhana ao nosso vocábulo.

9 — Na pág. 120 tece breve, mas meditado, comentário sôbre a diferença entre a acentuado e a craseado. O assunto demanda a atenção dos professores e estudiosos. Achemos, ao contrário do Prof. Aguiar, muito importante o artigo do Prof. Said Ali com que se iniciam os **Meios de Expressão e Alterações Semânticas**.

10 — Na pág. 132 mostra sua estranheza por ter Filinto declarado que tomou **insolente** "na sua genuína significação", e não naquela que "lhe dão os que a não derivam do Latim". "A que outro significado — pergunta o comentador — se referirá Filinto? D. Fr. Francisco de S. Luís não alude à palavra no seu estreito **Glossário**". Temos para nós que o tradutor português fazia referência ao sentido bom e mau em que podia ser empregado **insolente**. Camões, por exemplo, usa o termo ligado a **soberbo**, ambos à boa parte, no seguinte passo do imortal poema":

"E vereis em Cochim assinalar-se / Tanto um peito soberbo e insolente, / Que cítara jamais cantou vitória / Que assi mereça eterno nome e glória" (II, 52. Cf. o erudito comentário do mestre inolvidável que foi Epifânio Dias). E à má parte, sentido aliás mais usual, em:

"Vistes e ainda vemos cada dia / Soberbas e insolências tais, que temo / Quo do mar e do céu em poucos anos / Venham deuses a ser, e nós humanos" (VI, 29).

"Parece de selváticas brutezas, / De peitos inumanos e insolentes / Dar extremo suplício pela culpa / Que a fraca humanidade e Amor desculpa" (X, 46).

Não nos lembra nenhuma crítica de purista a qualquer das acepções de **insolente**; não passa de comentário o seguinte excerto das **Reflexões sôbre a Língua Portuguesa** (Parte 1.^o, pág. 129 ed. de Lisboa, 1842) de Francisco José

Freire: “**Insolente** é em rigor o que faz ações, ou diz palavras **insólitas**, isto é, que não se devem praticar nem dizer. Nesta acepção rigorosa o traz Duarte Nunes de Leão na **Origem da Ling. Port.** pág. 115. Hoje val o mesmo que **desaforado, petulante e soberbo**”. Cremos tratar-se de mais uma das notas redigidas à toa (para usar a expressão de Filinto), sem acesso a livros nem a tranqüilidade exigida por trabalho intelectual.

11 — Chamamos a atenção dos lexicógrafos para o regionalismo **mangofar**, que o Prof. Aguiar, com sagacidade, explica por “cruzamento de **mangar e mofar**” (pág. 146).

12 — E’ interessante o que diz o autor sôbre o emprêgo do pronome subjetivo como pron. objetivo: “Os nossos gramáticos ainda não quiseram ver que o nominativo pronominal de qualquer pessoa pode funcionar como determinante objetivo, **quando não esteja sob a ação imediata do verbo**, o que se dá desde a era medieval até a moderna, passando pelos maiores clássicos e pelos maiores românticos. Mostro-o, irretorquível e amplamente, no **Relance Crítico da Gramática Portuguesa**, título com que em breve sairá o antigo **Repasse**, em segunda edição. O exemplo de Filinto é um dos muitos que ali apresento para apoiar a minha observação” (157-8. E’ nosso o grifo do primeiro período). Esperemos com ansiedade a lição do mestre cearense, pois o assunto, comum também a outras línguas, é de relevante importância sintática.

13 — Nas págs. 159-160 estuda a razão por que **travaconta**, originariamente masculino (cf. o tira-teimas), passou a feminino. Explica o fato foneticamente, se bem lhe entendemos a lição: “O gênero e o número do substantivo final não pesam na formação do composto. Acontece, porém, que, enquanto ** se mantém, em **tira-teima(s)**, a consciência da composição; em **travaconta(s)**, perdeu-se essa consciência. Morais acentua **trávacontas** e Figueiredo **trávacontas**, é verdade; mas o desaparecimento da risca de união numa palavra e a persistência dela na outra são indícios do que afirmo. Em **tira-teima(s)**, temos dois acentos, um, secundário, em **tira**, e o outro, tônico, em **teima(s)**. Em **travaconta(s)**, o que temos é um só acento; **trava** são duas sílabas que guardam ambas a mesma tonalidade, são sílabas átonas da mesmíssima natureza fonética. Daí, a mudança de gênero, a **travaconta**, determinada pela vogal final, característica do feminino”. O mesmo fenômeno ocorre — ainda segundo o autor — com a **fruta-pão** que passa a o **fruta-pão**. Pedimos vênha para discordar da explicação; quanto a nós, o problema é de valorização semântica de um dos elementos do composto. Passando a incidir nêle, com mais intensidade, as atenções do falante, torna-se êle elemento responsável pelo gênero e número do conjunto. A valorização semântica determina o fenômeno fonético a que faz referência o autor das **Notas de Português**. Em **travaconta**, desvalorizou-se semânticamente o primeiro elemento perante a análise subjetiva de quem fala, prevalecendo sôbre o conjunto o substantivo feminino **conta**; em **fruta-pão** a preponderância significativa de **pão** teria anulado a consideração que se devia prestar ao elemento inicial. Quando os elementos resguardam sua integridade semântica, na análise subjetiva do falante, a fonética nada acusa e a lição da gramática perdura: o tira-teima(s), o quebra-cabeça, etc.

14 — São para pensar as duas páginas que escreve (168-170) sôbre casos de rederivação: “E’ uma **nova derivação**, vernácula, que tem por fim adaptar a palavra ao sistema formativo da língua e até, não raro, aos modelos mais

***) Nas transcrições das **Notas de Português** seguimos a ortografia oficial que nem sempre coincide com a do autor cearense. Muitas grafias dêste artigo, mesmo as que vão nos trechos sob a responsabilidade do Prof. Aguiar, mereceram a crítica dêste estudioso, através das págs. das **Notas**. E’ o caso, para citarmos um só exemplo, de **enquanto**. Cf. págs. 296-7.

gerais por ela oferecidos. Talvez seja o caso de **limite**, que, se tirado eruditamente do latim, foi logo adaptado à língua como derivação de **limitar**. É positivamente o caso de **reclame** e **controle**, que vieram do francês *réclame* (la **réclame**, feminino) e **contrôle** (com o fechado), mas tiveram imediatamente de ceder lugar a **reclame** (masculino) e **controle** (com o aberto), derivados de **reclamar** e **controlar**, verbo êste que é tolice querer extirpar do português, em que entrou com aparato triunfo”. E mais adiante: “Não terminarei estas linhas sem dizer que a **derivação temática** (resulta, consulta, reclamo ou reclame, **masscara**, etc.), conquanto se lhe costume chamar **regressiva**, é, entretanto, coisa um tanto diferente. Nela, temos consciência de que estamos em presença de um derivado, venha êle embora confundir-se depois com palavras primitivas de morfologia, em si ou comparativamente. Na **derivação regressiva** propriamente dita, procura-se um primitivo, falso e que nem sempre se sabe qual seja. Assim, querer entroncar diretamente no latim os nossos adjetivos **humilde** e **cível** é rematada tolice. Êles são regressivos de **humildade** e **civildade**. Mas, enquanto **civildade** nos deu **cível**, morfologia paralela (olhem os leitores que só falo em **morfologia**) a **cruel**, ao lado de **crudade**, não foi **úvil**, mas **humilde**, o regressivo de **humildade**” (170).

15 — Na pág. 199 e seguinte apresenta várias conjecturas para o problema **fossar** e **foçar**: “**Foçar** seria uma adaptação do castelhano **hozar**? seria uma evolução vernácula, inexplicada por ora, com base no latim **fauce**? seria um derivado de **fosso** ou **fossa**, ou, o que afinal é o mesmo, evolução do latim **fossare**, por **fódere**?” E continua: “**Foçar** e **hozar** são, para mim, mera coincidência. Como a significação imediata que se deu a **foçar** foi a de “revolver cavando com o focinho” (Morais), o que requer um contínuo **roçar**, — eu vejo em **fossar**, com a base distante do latim **fódere** e, pois, escrito com dois esses, uma iniludível influência de **roçar**, facilitada pela parafonia dos dois verbos. É um caso mais ou menos idêntico ao de **tesser**, de **texere**, passando imediatamente a **tecer**, por influência dos verbos em **-ecer**. Que é **foçar**, com **cê** brando e não com esse forte, atesta-o a pronúncia dialetal, que diferencia as duas consoantes. **Foçar** deve ter produzido logo o diminutivo **focinhar**, esquema **esparrar** > **esparrinhar**, donde, tematicamente, o derivado **focinho**, primeiramente aplicado ao ato e, em seguida, ao instrumento, à tromba. É isso o que me parece. Mas pode admitir-se, no português pré-histórico, **fozar** e **fozinho**, com base no latim **foce**, **focinu** (**foce**, por **fauce**), mas com influência de **roçar**, se não do castelhano. Pode-se também pensar num latim **fociare**”. As mais modernas pesquisas etimológicas prendem tanto o português **foçar** como o espanhol **hozar** ao latim vulgar ***fodiare** (cavar), derivado de **fódere**. Corominas, num longo verbete, história as diversas propostas apresentadas para a solução do problema, elegendo como a melhor a que adotamos aqui. Quanto à forma portuguesa, declara: “No hay otra forma hermana que el port. **foçar**, que hoy suele escribirse con **-ss-** a causa de la falsa etimología **fossare**, pero la grafía tradicional con **ç** es la observada todavía por Moraes, Vieira, Cortesão, etc., y está confirmada por la pronunciación **fothal** en el portugués fronterizo de Eljas (Espínosa, l. c.) y por el gall. **fozar** ‘**hozar**’, ‘buscar una cosa revolviendo otras muchas’ (Vall.)”. E mais adiante: “Lo único que falta aclarar es el aspecto morfológico de esta derivación. Como **-icare** e **-iare** alternan en muchos casos (**plumbiare** y **plumbicare**, **quassiare** y **quassicare**, **tardiare** y **tardicare**, vid. R. E. W.), es posible que ***fodiare** se sacara de ***fodicare** por paralelismo con estos y otros casos semejantes; o puede tratarse meramente de un metaplasmo de **fodere**, fundado en formas como **fodio**, **fodiam**, etc., así como se sacó ***recaediare** (rum. **retezà**, R. E. W. 7106) de **re-caedere**, u **ordiniare** (> ordeñar) de **ordinare**; o, finalmente, cabría mirar ***fodiare** como un derivado denominativo del sustantivo ***fodium** (derivado a su vez de **fodere**), cuya existencia he dejado sólidamente sentada en mis artículos **Calabozo** y **Hoya**: en un sentido análogo se llegó a ***admordiare** (almorçar), desde **admordere** pasando por ***admor-**

dium". Prende ainda o port. **focinho** a **focinhar** ou **afocinhar** (frequente desde o séc. XVI), derivado frequentativo de **foçar**, tal qual o esp. **hocico** que procede de **hocicar**, derivado de **hozar**, etimologia que já propusera Schuchardt.

16 — Chamamos outra vez a atenção dos lexicógrafos para a explicação de **alor**: "nada tem diretamente com o francês, é cognato de **alar**, "dar asas a, erguer, tirar do abatimento, imprimir coragem ou movimento a". É uma formação analógica a substantivos do tipo de **clamor**. **Alor**: **alar** = **clamor**: **clamar**" (pág. 206). Aproximamos esta lição à do falecido e grande sabedor Prof. José Oiticica, a quem rendemos aqui nossa profunda homenagem: "Esta palavra parece ter sido criada por Filinto Elísio de que C. de F. cita este exemplo, primeiro, parece, registrado: Hércules quer que **alor** se dê aos braços. C. de F. define **alor**, neste passo, **impulso**. Para outras acepções define: **movimentos, estímulo** e alega para étimo **allure**. Entendo **alor** formado alatinadamente de **ala** e será o **impulso para voar**, para subir, claro neste passo de Camilo: de permeio com as jaculatórias, bebia-se muita jeropiga capitosa, para, por meio da eterização alcoólica, dar **alor** os voadores da esperança (**Mar. da Fonte**, 12) in **Novo Dicionário Popular da Língua Portuguesa**, pág. 123. Rio, 1931-2.

17 — Na pág. 207 dá **mazorro** como "regressivo de **mazorral**, do castelhano **mazorral**, 'grosseiro, rude, tósco', adjetivo derivado de **mazorra**, 'maço grande'. As duas palavras portuguesas têm ç ou z. As primeiras foram aprendidas pelo ouvido, as outras pela vista. Não seria talvez difícil tirar **maçorro** e **maçorral** diretamente do nosso **maço**. Eu o faria, se não fossem as formas de **zê**". Somos de aviso que a verdade está com Tallgren que prende **mazorral** ao árabe **manzûr** (modicus, exilis), da raiz de **nâzar**. Corominas, aceitando a proposta do mestre finlandês, lembra: "Como por otra parte el derivar **mazorral** de **mazo**, aunque posible semántica y morfológicamente, no corresponderia a un tipo de derivación ordinario ni bien claro en lo semántico (propomos que se leia acima **fonética**), me adhiero a la etimología de Tallgren. El paso de 'escaso, enclenque' a 'miserable' y el de éste a 'grosero' era muy fácil; y como indiqué en BDC XXIV, 72, no era raro que el **z** arábigo, en posición inicial o tras **n**, diera la sorda **-ç-** en romance" (ibid. III, 313).

18 — Na pág. 212 lembra a nota de Filinto sôbre **sogra** = **rodilha**, coxim que punham na cabeça" os que levavam lá coisa pesada". Não haverá relação com **soga**, corda, com **-r-** epentético ou talvez por influência do **-r-** de **corda**? Prêso ao latim **soga**, com **o** longo, cremos que a mudança de timbre também se pode explicar pela aproximação do **o** de **corda**, mais do que pela sua posição de sílaba inicial, como pensa Corominas, op. laud., IV, 266 (Berna, 1957). Vemos base nesta nossa hipótese quando comparamos o catalão **soga** (com a mudança para **o** aberto) ao lado de **corda**, enquanto o espanhol tem **cuerda**.

19 — É muito interessante o que diz o autor sôbre **velocípede** e formações idênticas. Respiremos o seguinte: "**Velocípede** (de **velox** e **pes**) é um neologismo que entrou vitoriosamente para a língua comum por ser dado, como nome, ao triciclo infantil. Júlio Moreira (**Estudos da Língua Portuguesa**, vol. II, pág. 148) notou a formação irregular de **velódromo** e **velo-clube**, em que o elemento **veloci** foi truncado em **velo**. Só em parte está com a razão o eminente filólogo, um dos espíritos mais argutos que nos oferece a lingüística portuguesa. E só está com meia razão porque, afinal, o elemento **velo** não indica aí velocidade, não está pelo latim **velox**, mas pelo substantivo português **velocípede**; por todo êle, e não por uma só das suas partes. **Velo-clube** é 'clube de velocipedistas' e **velódromo** é 'lugar próprio para corrida de velocípedes' (248-9).

20 — Na pág. 250 pergunta de onde virá o nosso **doairo**: "Será um latim **dominarius**? será **donarium**? No primeiro caso, como explicar a evolução fonética? no segundo, a semântica?" A história do vocábulo, comum ao port. e espanhol, conforme se pode ver em Corominas, op. laud., II, 188-9, só pos-

tula **donariu**. À mesma nota prende-se a explicação de **Tunicas**, onde o Prof. Aguiar nos ministra lição muito mais lógica do que a que expende Figueiredo e é seguida ainda pela 3.^a ed. do Dicionário Contemporâneo: “Figueiredo leu **túnicas** e, indagativamente, relacionou-a, pelo significado, com **tunante**. Parece-me que **tunante** aí está, porém significativa e morfológicamente. Creio que se deve ler **tunicas**, paroxitonicamente, por tê-lo como derivado de **tuno** + **ica(s)**. o sufixo **-ica(s)**, depreciativo, que aparece, por exemplo, em **maricas**. **Tunicas**, então, dirá, com escárnio, como **embusteirinhos**”. (251).

21 — A nota da pág. 299, para defender o tradutor português de uma construção viciosa (à luz da gramática normativa) que lhe não perdoam os autores, assim começa: “E’ de causar espanto o começo do capítulo acêrca do pronome **cujo**, que fêz Mario Barreto nos **Novísimos Estudos da Língua Portuguesa** (pág. 247): “O relativo **cujo** é um pronome de índole mui complexa e de uso nada fácil, como o prova que um escritor tão escrupuloso e que tão bem conhecia o idioma, como Filinto Elísio, haja feito em suas composições, com uma freqüência lacrimável, o emprêgo de **cujo** no sentido de **que** ou **o qual**, **a qual**, **os quais**, **as quais**, contra a prática dos entendidos no manejo da língua e o que preceitua a gramática”. E continua: “Não consegui jamais compreender como tais coisas pudessem ser pensadas e escritas por um filólogo verdadeiramente notável, principalmente no campo da sintaxe, para onde enveredou o mais das vêzes os seus excelentes estudos”.

A razão está com ambos os mestres, com Mário Barreto e com Martinz de Aguiar; apenas estão em campos, se não antagonônicos, pelo menos mui diferentes. O primeiro, na esfera da gramática normativa; o segundo, em pleno domínio do lingüista, para quem a língua é o que é, e não o que deveria ser. Por brilhante que seja uma explicação lingüística, ela não é suficiente para erigir uma norma nem para condenar um fato evidente. A tradição do idioma refletida e conservada nos melhores escritores, mormente nos mais chegados a nós, é que caracteriza êste ponto difícil e perigoso do padrão de correção de linguagem. Sendo a língua **enérgeia**, e não **ergon** — na conhecida frase de Humboldt —, **atividade**, e não **produto**, dificilmente não encontraremos uma boa razão que justifique êsse ou aquêlo modo de falar. Não queremos voltar, com tal procedimento, ao estreito purismo de outras épocas, onde se extraía a norma de uma língua que não mais se falava, pois havia desaparecido com os clássicos do séc. XVI e XVII. Dêsse purismo prejudicial à gramática normativa de Mário Barreto, do próprio Prof. Aguiar e de quantos praticem o ensino do idioma materno à luz dos modernos estudos, vai uma distância enorme. Do sistema complexo dos relativos latinos aos relativos românicos houve uma evolução muito grande, evolução que ainda não chegou ao seu último estágio. Em francês, por exemplo, continua a luta pela sobrevivência entre **qui** e **que**. A observação do Prof. Aguiar (pág. 301) de que o pronome conjuntivo “perdeu muito do seu valor próprio, na língua falada, esgarçando-se-lhe a pronominalidade e realçando-se-lhe a conjuntividade” pode-se aplicar a muitos idiomas, dentro e fora do domínio românico. O chamado relativo **universal**, também conhecido, entre compêndios estrangeiros, por **partícula relativa**, é muito mais velho do que se poderia imaginar à primeira vista. Ai estão os trabalhos de Delbrück, de Brugmann, de Wackernagel, de Lindsay, de Meillet-Vendryès — para não citarmos as investigações especiais —, que nos dizem que a relação entre o substantivo e o relativo que se nota em línguas de épocas afastadíssimas, nem sempre é aquela que a gramática estabelece e exige. Se a evolução das línguas determina um progresso no sentido de maior perfeição da expressão do pensamento, é fácil concluirmos que o relativo “*acquiert ainsi un sens très général et vague, et il devient un élément linguistique extrêmement pratique, auquel recourt surtout la langue populaire ou relâchée*” (Nyrop, **Grammaire Historique de la Langue Française**, V, 330. Copenhague, 1925. O grifo é nosso).

Cujo por que, o qual, ressalvada a língua coloquial e popular, é sintaxe esporádica (e, assim, não constitui norma) entre pessoas educadas e escritor de gôsto, em cujo rol, sem medo de errar, se pode incluir o setecentista Filinto Elísio.

22 — Na pág. 309 e seguintes estuda com maestria e sutileza expressões do tipo: “A moça a mais gentil, a mais discreta”, onde há apenas má pontuação, separando-as das do tipo: “E a alm’a mais nobre/ Tu aí tens” (Caldas Barbosa), onde há galicismo. “Os autores — proclama o Prof. Aguiar — não têm procurado entrar na inteligência dessas frases. Imobilizados pelo fantasma do galicismo, não tiveram ânimo de encará-las com a impessoalidade precisa. De nada lhes valeram os exemplos, decisivos, de Samuel Usque, prosador tão pessoal e humano, que se tornou universal, coisa que a poucos escritores de língua portuguesa tem acontecido, e clássico dos mais puros, inteiramente imune de influência francesa. Associam dois fatos completamente desiguais (**um — o** e “zero determinação” — **o**) e dissociam dois fatos absolutamente iguais (**o — o** e **um — o**). Daí, o tropêço com que esbarraram. Entretanto, o que se dá com a sintaxe de **o — o** se dá com a de **um — o**. Antes de **o**, há de haver sempre vírgula, porque introduz um apôsto, uma explicação, uma restrição, um esclarecimento, às vêzes enfático, e os diversos autores ora usam esse sinal de pontuação, ora deixam de usá-lo”. (317-8). E conclui: “Para que haja pureza de linguagem, é necessário, é imprescindível, que o substantivo, sem o acréscimo de **o mais**, combine com os outros têrmos da proposição num sentido cabal, de tal maneira, que possa repetir-se. Sem isso, estamos, iniludivelmente, à vista de um estrangeirismo de sintaxe ou de uma construção anti-idiomática, quer se trate de **o — o**, quer de **um — o**. Não é, pois, correta, apesar de por ninguém ainda repudiada, esta construção de Gonçalves de Magalhães: “Seu rosto de leite e rosas,/ De **um contôrno o mais perfeito**”. **Rosto de um contôrno perfeito** é tudo, rosto de um contôrno não é nada. . .” (323-4).

Na pág. 326, queremos lembrar que a **Eufrosina**, na ed. de Eugênio Asensio (I, 38, Madrid, 1951) traz **cuidastes**, e não **cuidasteis**, como aparece na ed. de Aubrey Bell.

Vai da pág. 344 à 382 um longo e importante estudo sôbre a conjugação portuguesa, para o qual chamamos a atenção de nossos professôres de português.

Numa obra de tão variados assuntos não poderia faltar o capítulo sôbre colocação dos pronomes complementos, que se inicia, à página 383, assim: “A colocação dos pronomes complementos causou estranha barafunda entre os estudiosos, deu azo a lutas acirradas, a grossa pancadaria de palavras. Cada qual se aprestava mais arduosamente para a incruenta batalha. Nem sempre incruenta! devo limitar-me, pois mais de uma vez a crítica impiedosa e injusta desvelou revólveres e levantou cacetes. Depois que Paulino de Brito, ilustre poeta e gramático paraense, arrastou a questão para o campo fonético, sendo a sua teoria disfarçadamente apropriada por nomes mais prestigiosos, como que houve a união dos batalhões contrários e calaram-se as hostilidades. Mas, afinal de contas, a colocação dêsses pronomes no Brasil se acostou quase inteiramente à colocação usada em Portugal, restringindo-se, lamentavelmente, meios variados de expressão, processos estilísticos que tinham a seu favor séculos de tradição literária”. A crítica do Prof. Aguiar é justa e daqui a aplaudimos; pedimos, entretanto, vênha para fazer justiça ao nosso chorado mestre Said Ali, quem, para nós, primeiro enfocou o problema à luz da fonética, dando-lhe a única orientação verdadeira, numa época de raríssimos estudos de valor a respeito da questão. Os primeiros trabalhos do Prof. Said Ali sôbre colocação de pronomes saíram em 1895, na **Revista Brasileira**, anteriores, portanto, ao livro de Paulino de Brito.

Na pág. 458 toca em importante ponto de sintaxe: a preposição **em** com valor qualitativo, em frases como **general em chefe** (Odorico), “. . . senhor, que

o tinha **em cativo**" (Boosco, 181), "**dominando em chefe**" (Anatômico, 7), "Não fale o velho **em moço**, e o moço **em velho**" (Conde de Ericeira, trad. **Arte Poética**, 88), construções que os gramáticos e puristas indígenas, sem maiores afeições, repudiam por francesas. Que a preposição **em** serve de introduzir o novo estado ou qualidade do sujeito ou do objeto é fato comuníssimo em português, sem sombra de influência francesa. Além dos exemplos de Morais, transcritos pelo Prof. Aguiar, lembramos ainda, entre outros, estes dois devidos a Arrais: "Trás Cláudio Unimano **sucedeu em Pretor** na ulterior Espanha Caio Negídio..." (pág. 268 ed. 1846); "... e creio, porque me **adotou em filho**..." (pág. 554). O notável latinista sueco E. Lofstedt relaciona a construção francesa **agir en maître** a giros do latim popular e tardio com a preposição **in** seguida de ablativo (cf. Väänänen, **Il est venu comme ambassadeur, il agit en soldat**, 18 e n. Helsinki, 1951). Parece que estamos diante de uma sintaxe panromânica, com bases em construções do latim clássico e popular. As línguas românicas apontaram suas preferências na escolha da preposição introdutória; assim, enquanto no francês predominou **en** — sem exclusão das outras —, o português decidiu-se pela prep. **por** e, mais modernamente, por **como**, construção que outras línguas românicas também não desconhecem.

Rio, 1958.

Evanildo Bechara

LOUIS DEROY — L'EMPRUNT LINGUISTIQUE — Paris, 1956, pp. 470.

Dentre as numerosas obras lingüísticas que saíram pelo mundo afora no decurso de 1956, sobressai — "L'Emprunt Linguistique" — como uma das mais originais; é a primeira no gênero em vasto plano e com abundante material a abranger tôdas as famílias lingüísticas do globo.

Não se trata de um repositório ou de um léxico dos estrangeirismos ou empréstimos que se deslocaram de uma língua para outra, mas de um bem planejado estudo que satisfará, assim o cremos, as exigências dos especialistas.

Para que o leitor tenha uma idéia da obra, convém transcrever os títulos dos seus capítulos: **définition et importance (un emprunt sans restitution; importance et universalité du phénomène); repérage et inventaire (les critères d'identification; diversité des éléments empruntables; les fournisseurs); causes et prétextes (nécessité pratique; raisons de coeur); processus et adaptation (les intermédiaires, les degrés de la pénétration, le sort des immigrants, erreurs d'identification et faux apparentages); effets et profits (réaction et purisme, témoins a interroger, langues mixtes et langues internationales).**

Na introdução, entre outros pontos, é abordado o lugar do empréstimo na linguagem; o empréstimo, forma de neologismo; limites da noção de empréstimo; o empréstimo, exceção às regras gramaticais; paralelo com o empréstimo etnológico.

O assunto é, pois, encarado sob todos os aspectos, redigido em linguagem clara, e a sua natureza faz que a obra não só se destine aos lingüistas, mas igualmente ao "grand public", a quaisquer leitores, mesmo aos menos versados em Lingüística.

Atraente é sua leitura, a qual prende o leitor do princípio ao fim, e, ao mesmo tempo que diverte, proporciona valiosos ensinamentos de vária natureza. A obra é, pois, útil sob mais de um aspecto.

Um dos capítulos (o IV) vem confirmar a dificuldade, não a impossibilidade, que há, no contacto direto ou indireto entre duas línguas, dos empréstimos chamados gramaticais, opostos aos lexicais.

Louis Deroys faz referências aos numerais, dos elementos mais estáveis de uma língua, mas é para notar que os primeiros números são os mais fir-

mes. Os exemplos citados referem-se aos nomes que traduzem 7, 10 e 100, do indo-europeu para o ugro-fínico; 40 do grego para o pequeno-russo.

Os outros casos se verificaram pelo seu emprêgo especial ou circunstâncias especiais.

Entre os casos mais singulares salienta-se a numeração japonesa que é dupla — uma de proveniência chinesa e outra, vernácula.

A da língua suaile (família banto) é igualmente dupla — além da vernácula, coexiste com a de procedência arábica. Naquela, contudo, os n.ºs 6 e 7 desapareceram.

A influência arábica nesse idioma é tal que até se nos deparam partículas — **wala**, “e não”, **lakini**, “mas”, **killa**, “cada”, **hatta**, “até”, **labda**, “talvez”, etc. Mas os pronomes são puramente vernáculos.

O que não quer dizer que os pronomes não passem de uma língua a outra, mas parece que tal fato só se verifica com os da 3.ª pessoa, os mais instáveis.

L. Deroy cita o caso das formas escandinávicas que se passaram para o inglês — **they**, **them**, **their**, que suplantaram as genuínas **hie**, **him** (**hem**). O fenômeno foi, talvez, favorecido pela necessidade de clareza: **hie**, além de nominativo plural para todos os gêneros, servia de objeto direto feminino, e de objeto direto no plural, para todos os gêneros, e **him** servia de dativo, singular, para o masculino e neutro, e de dativo plural para todos os gêneros.

Assim, todos os elementos são emprestáveis, mas não com a mesma freqüência. Expressiva, p. ex., é a porcentagem calculada pelo lingüista estadunidense E. Haugen sobre os empréstimos americanos em norueguês e em sueco: substantivos — 71 a 75%; verbos — 18 a 23%; adjetivos — 3 a 4%; advérbios e preposições — ca. 1%; interjeições — ca. 1%.

Riquíssima é a bibliografia com a qual magistralmente elaborou a obra, e, no fim, é apresentado, para facilidade de manuseio, um índice dos empréstimos citados, agrupados por línguas.

Louis Deroy, o autor, além de doutor em Filosofia e Letras, é licenciado em História e Literaturas Orientais, e chefe de trabalhos na Universidade de Liège, Bélgica, instituição de cuja biblioteca faz parte a obra, fasc. CXXI.

R. F. Mansur Guérios.

ESTHERVINA MATOS — ESTUDIOS DE LITERATURA DOMINICANA — Ciudad Trujillo, 1955, 387 pp.

Trata-se de uma obra de investigação e análise da literatura dominicana elaborada pela autora como professora de Literatura no Colégio Luís Muñoz Rivera, de Trujillo, a fim de satisfazer o programa oficial. Como diz a A., esse propósito foi realizado após árduos labores de investigação em revistas esparsas, consultas a obras de poetas e prosadores, etc.

Em linguagem adequada, tem-se perfeita visão da história dessa literatura centro-americana, desde o período colonial até a atualidade, e está enriquecida com textos, principalmente em poesia.

R. F. Mansur Guérios.

MANSUETO KOHNEN — GERTRUD VON LE FORT E A IDÉIA DO REICH — Rio de Janeiro, 1956, 101 pp.

A existência cristã não significa tanto tranqüilidade, mas atinge as profundezas da decisão cônica e solitária. O amor cristão é isso: conhecer tôda a problemática do homem e assim mesmo amá-lo. Isso me parece a idéia fun-

damental e o fio de ouro como elo invisível, característico de tôdas as obras dessa renomada poetisa.

O autor desenvolve o tema de um modo atraente; nêle as citações são boas e bem interpretadas. As fontes e o aparelho técnico-científico não permitem objeção. O presente livro é uma contribuição valiosa para as pesquisas literárias. A bibliografia mais importante ao tema, tanto de caráter histórico como teológico, foi considerada e elaborada.

Um retrospecto sôbre a poesia sôbre o Reich como síntese pela literatura alemã e sumário num capítulo especial teria sido preferível. Pois existe uma poesia sôbre o Reich, logo uma Reichsdichtung, de ordem religiosa — o reino dos céus — e de ordem política — o Império Romano, depois o Sacro Império Romano-Germânico e o Império Alemão. Na literatura alemã encontramos numerosos exemplos para essa Reichsdichtung: No "Heliand" (por 830), em que se apresenta Cristo como **hebancunig**, Rei Celeste, e os discípulos como **gesidos**, seguidores. No "Canto de Ludovico" em que os francos são qualificados como povo eleito de Deus e o rei como representante de Deus. Na "Crônica dos Imperadores" (1135-50) com a realização de aperfeiçoamento do Estado de Deus terreno no sentido de Santo Agostinho. No "Ludus Antichristi", com o drama escatológico do fim do Império Germânico-românico e da vitória da Igreja sôbre o anticristo. O imperador submete a si a terra e depois de realizada esta missão devolve seu poder a Deus, deposita coroa e cetro sôbre o Monte das Oliveiras. Encontramos uma poesia vasta sôbre o Reich na alta Idade Média. Aliás tôda a cultura da Idade Média vivia da tensão dos binômios:

Diesseits — Jenseits, weltlich — geistlich, Schönheit — Sünde — alguém — além, mundano — espiritual, beleza — pecado, o que só favorecia uma poesia sôbre o Reich celestial e terreno. Apesar das maiores lutas espirituais e culturais, o dualismo sempre de novo vinha à tona, em Hartmann von Aue, Walther von der Vogelweide. Sômente na obra de Wolfram von Eschenbach achou-se um caminho para agradar a Deus e ao mundo.

Essa síntese atingida em Wolfram do "In-Gott-Sein" — Ser-em-Deus — e do "Eigen-Sein" — Ser-em-Si-mesmo — é tida como uma antecipação do Tomismo que representa o ápice do gótico, estabelecendo a relativa particularidade das leis do homem, a **analogia entis**.

A disputa entre Papa e Imperador no decorrer da história traz uma verdadeira vaga poesia sôbre o Reich, com a acentuada delimitação: hie Gottesreich, dort Kaiserreich — aquí Reino de Deus, lá Reino dos Imperadores. Sem dúvida, nessa poesia não está retratada claramente uma síntese de ambos os conceitos. A Reforma e a Guerra dos Trinta Anos oferecem campo frutífero para a poesia sôbre o Reich. Com os Lob- und Preisliedern na época do Barroco e do Racionalismo essa poesia floresce, mas com indícios de considerações e afirmações individuais, egoístas e racionalistas. Entre o Barroco e o Classicismo essa poesia alcança, depois de um pseudobrilho no Barroco, seu ponto culminante no "Messias" de Klopstock. As idéias de Klopstock sôbre o Reich são de caráter místico-religioso e problemático-especulativo, carregadas das tendências dominantes da mentalidade daquele tempo.

O Classicismo aprofunda-se grandemente em esferas e domínios míticos e históricos. Na poesia de Schiller assume fisionomia patriótica. O Romantismo manifesta de um lado conceitos e idéias patrióticas-religiosas apaixonadas sôbre reinos e domínios, e de outro lado, invade o terreno do fantástico-fantasmagórico. As Guerras de Independência e a fundação do Império Alemão dão origem à poesia patriótico-política sôbre o Reich. Com os "Hymnen an die Kirche" e "Hymnen an Deutschland" de Gertrud von Le Fort ressoa de novo a síntese de que a Igreja representa o Deus e o Rei o Estado.

O autor escolheu uma poesia a qual reflete a miséria da existência do ho-

mem tão eficazmente, devendo-nos parecer impossível a salvação através das forças íntimas do homem. Se um auxílio sobrenatural um dia se tornar um fato, ou se somente a necessidade da ação da graça divina fôr sentida, em todo caso, aqui se manifestará com o efeito artístico, também, um efeito religioso-moral.

R. B.

TEN.-CEL. ANTÔNIO JOAQUIM DE FIGUEIREDO — RESENHA BREVE DAS IDÉIAS GRAMATICAIS, DOS GREGOS AOS NOSSOS DIAS, E OUTROS ENSAIOS — Tese de concurso para livre docente — Rio, 1957, 165 pp.

Este trabalho para a obtenção da docência-livre no Colégio Militar, do Rio de Janeiro, consta de duas partes — idéias sobre a evolução da gramática e reunião de artigos sobre assuntos de língua portuguesa. A coleta de artigos, segundo o dizer do A., é "para mostrar como entendo um professor: — deve constantemente pesquisar e meditar as lições dos mestres, porque sobre ser transmissor da cultura feita, mas não acabada, deve-se tornar um perene estímulo aos alunos estudiosos".

Embora, como confessa o A., "não foi dar novidades em matéria histórica, mas coordenar o esparso, juntar o disperso, meter num todo o que anda em partes", a "Resenha" do prof. A. J. de Figueiredo é, se não nos enganamos, a única obra, até agora, escrita em vernáculo sobre as idéias gramaticais, dos gregos aos nossos dias, e, visto como é redigida didaticamente, com sobriedade e clareza, prestará serviço não só aos professores de Português, ma aos demais e aos curiosos, estranhos às disciplinas lingüísticas.

Para se aquilatar o conteúdo, aí vão os títulos e subtítulos: resenha histórica da filologia clássica; que era gramática entre os gregos?; Protágoras não se apelidou filólogo; o papel de Dionísio de Trácia — verdadeiramente o primeiro gramático; desenvolvimento da gramática em Roma; a gramática na Idade Média; em Portugal, na Idade Média, que tal andava o latim?; estudos filológicos do Renascimento ao século XVIII; gosto pelas línguas nacionais; arbítrio nos estudos gramaticais; gramáticos portugueses do século XVII; o formalismo do século XVII aumenta o dogmatismo dos gramáticos portugueses; e Portugal, no século XVIII?; surge Bluteau; em Portugal reacende-se a luta entre escolástica e cartesianismo; papel de Verney; Cândido Lusitano; Reis Lobato; Antônio de Moraes Silva; a gramática de Moraes; Viterbo e seu Elucidário; estudos filológicos portugueses antes da influência de Adolfo Coelho; Condillac e a gramática filosófica; que pretendia a gramática filosófica?; Jerônimo Soares Barbosa e a Gramática Filosófica; resenha histórica da Ciência da Linguagem ou Lingüística; Kant e os estudos lingüísticos modernos; precursores da gramática comparada; Bopp e o método comparativo; frutos do método comparativo de Bopp; papel da filologia clássica nos estudos lingüísticos do séc. XIX; a lingüística é ciência alemã por excelência; conceito moderno de lingüística e filologia; criação da filologia românica; influência da Ciência da Linguagem em Portugal; Adolfo Coelho e seu papel renovador; Epifânio Dias e os novos métodos de ensinar a língua portuguesa; renovadores portugueses dos estudos filológicos; Gonçalves Viana e a reforma ortográfica de 1911; Leite de Vasconcelos e a dialetologia portuguesa; Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos e a gramática histórica; Carolina Michaelis; J. J. Nunes; epígonos; influência da Ciência da Linguagem no Brasil; o ensino da língua antes da reforma do dr. Vitório; Fausto Barreto e a renovação do ensino da língua portuguesa; Júlio Ribeiro, renovador dos velhos métodos; epígonos de Fausto Barreto; Saïd Ali e sua contribuição filológica; rumos novos dos estudos de língua portuguesa no Brasil; bibliografia.

Parabéns pela síntese e aí está a originalidade que o A. acha não possuir

na sua obra! Se uma falha eu apontaria, essa diria respeito aos estudos lingüísticos hindus, e a tese seria "Resenha breve das idéias gramaticais dos Hindus aos nossos dias". Não é possível uma história ou um histórico do assunto sem começar com Pânini, que, todavia, foi citado à p. 68 — "Os séculos XVII e XVIII ignoraram a evolução histórica das línguas, tal qual os gregos do tempo de Aristóteles, ou os hindus da era de Pânini". Com isto ficará satisfeito o leitor?

Na 2.^o parte — assuntos de vernaculidade — deveria ter citado José de Sá Nunes, o qual reservou oito páginas acêrca de **por que** em frases interrogativas ("Aprendei a Língua Nacional", S. Paulo, 1938, v. I, da p. 90 à 97).

Quando tratou do plural de **guarda-marinha**, igualmente Sá Nunes não foi lembrado, não só nessa obra (v. I, p. 162-163), porém ainda na revista "Nosso Idioma" (Fortaleza, abril de 1953, n.^o 7, p. 8 à 10; set. de 1953, n.^o 10, da p. 1 à 2; out. de 1953, n.^o 11, da p. 11 à p. 13). Contestação lhe fez Martinz de Aguiar — "O plural de **guarda-marinha** à luz da filologia" — inserta na mesma revista "Nosso Idioma", agôsto de 1953, n.^o 9, da p. 1 à 3.

R. F. Mansur Guérios.

AGOSTINHO DA SILVA — REFLEXÃO À MARGEM DA LITERATURA PORTUGUÊSA — Os Cadernos de Cultura — N.^o 103 — Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Cultura, Rio, 1957. 101 pp.

A coleção "Os Cadernos de Cultura", publicados sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, vem preenchendo claros e abrindo perspectivas com ensaios de crítica não só literária, como também artística. O "Caderno", ora analisado, como seu título sugere, não se adentra nos problemas literários propriamente ditos, mas nem por isso se alheia deles.

Em bela visão panorâmica, procura o A. estabelecer relações entre a vida social e esta expressão, misto de sociedade e de indivíduo, que é a literatura.

A introdução apresenta os mestres do A.: "os mestres, vivos ou mortos, que escrevendo e falando me ensinaram"; (...) "os mestres que em geral não sabiam escrever e que pouco falavam"; e (...) os "mestres que nem escreviam nem falavam". São homens de letras, gente simples do povo, paisagem geográfica. Tudo de Portugal e do Brasil.

Numa dúzia de secções, o A. procura responder, reduzindo a Portugal, a pergunta formulada a tôda a Península Ibérica: "A interrogação que nos pomos a nós próprios é se essa Espanha alguma vez o foi plenamente; e, se o não foi, por que; e como poderá ser" (p. 8). Na vida social e particular portuguesa, o destino de separação marcará a nacionalidade, destino êsse inaugurado pela separação da Galiza. Daí, nasce a saudade, agravada pelo convite à ação, primeiro no território nacional e, depois, além mar. São os dois signos característicos da lusitanidade: saudade e ação, ação caldeada com grande espírito de fraternidade cristã que deu no missionarismo.

Estribado nesses três elementos, revisa o A. tôda a história portuguesa, fazendo notar que o período em que Portugal foi mais Portugal, é justamente o medieval, prenhe de saudade, de ação militar e missionária.

A literatura copia êsse Portugal: são os cronistas, principalmente Fernão Lopes, é o teatro heróico-religioso de Gil Vicente. A renascença européia pressiona o espírito nacional e Camões, cuja "vida é tôda espedaçada entre o ideal a que se endereça, como se mais vida nenhuma merecera ser vivida, e a realidade a que o condena o seu accidental de temperamento ou as circunstâncias de meio tanto externo como interno a que sem o querer se viu submetido" (p. 48), simboliza essa fase "trágica" da história portuguesa.

Mas Portugal resiste. Ou só parte dêle resiste à invasão da ciência, da economia, da religião, do espírito pagão, em suma, e essa parte emigra: "Os verdadeiros estrangeirados eram realmente os que, ficando em Portugal, serviam o poder; os outros, os que emigravam o mais que podiam, êsses eram os reais portugueses, os portugueses tradicionalistas que preferiam todos os incômodos de um exílio à dor de viver numa pátria que, de sua, só tinha o tal elemento material de céu, terra e mar" (p. 65).

Decai a lusitanidade. E mais ainda com o romantismo, cego para as reais necessidades do povo português, como cego será o realismo de Eça: "Eça não entendeu Portugal" (85). Júlio Dinis apercebe-se mais da realidade lusa.

Uma ponta de reação surge no final do século XIX, comandada por dois grupos representativos dos dois signos de Portugal: a **Renascença Portuguesa** (Saude) e a **Seara Nova** (Ação). Sem resultado concreto no campo econômico, político e social, marcou, porém, profundamente uma geração intelectual, chamando atenção para os fundamentos medievalísticos de Portugal "com a geral tendência de mostrar como aí repousam os verdadeiros alicerces da nacionalidade" (p. 93).

A literatura contemporânea entusiasma-se — parece — com a fé nos destino de Portugal, no mundo, e deprime-se com a angústia material do povo. Preocupam-na os desníveis econômicos. Problema de toda a humanidade, não, porém, o essencial. Se a técnica soluciona o problema de "Como viver?", emudecerá ante a incôgnita "Para que vivemos?". E sobrevirá a angústia espiritual. Então, a experiência do Portugal medieval, se revivida, poderá dar ao mundo a lição da fraternidade e do destino cristãos do homem. E, se as condições históricas não lhe permitirem ao Portugal da Europa, talvez seja esta a missão, destino e grande tarefa do maior herdeiro do espírito lusitano: o Brasil.

Tal o conteúdo do 103.º Caderno de Cultura. Seu linguajar, porém, é quase anacrônico, se anacrônica chamar-se pode a perenidade do estilo clássico, manejado, aliás, admiravelmente pelo A. E nisto reside certo sabor delicioso de obra, acordando modos de dizer, esquecidos ou pouco manuseados. Mas, nem sempre o pensamento do A. brota nítido ou emaranhado de períodos longos, apesar de, internamente, bem travados.

Como patriotismo, "**Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa**" é uma profissão de fé nos destinos gloriosos que esperam o mundo português em face do mundo internacional, no futuro. E não há de negar-lhe originalidade a essa visão da literatura lusa, focalizada através da essencialidade e, sobretudo, da cristandade da nação portuguesa — tentativa para desvendar a coerência entre o que Portugal foi, um dia, e deveria ter sido, e o que foi e é sua literatura.

Luís G. Paul.

CARLOS H. OBERACKER JR. — "**Transformações da língua alemã no Brasil**", in: **Revista de Antropologia**, Vol. 5, Nr. 1, São Paulo, Juni 1957, — (S. 1-36).

Mit dieser Arbeit liefert der Verfasser einen wichtigen Beitrag zur Geschichte der deutschen Sprache in Brasilien. Die darin gebotene Liste der Wörter aus der portugiesischen Sprache und den indianischen Idiomen, die heute der Sprachträger deutscher Abstammung, wenn er sich in deutscher Sprache ausdrückt, gebraucht, ist sehr umfangreich, geordnet nach Leitwörtern aus den verschiedenen Wissens- und Daseinsgebieten. Die lokalen und regionalen Bereichsgrenzen im Gebrauch dieser sprachlichen Neu- und Umbildungen sind angegeben, was den Wert der Untersuchung noch erhöht. Oberacker unterscheidet zwei Hauptgruppen von Neologismen: solche, deren Bildung für die deutschen Einwanderer, infolge der andersartigen Lebensbedingungen und Umweltverhältnissen in der neuen Heimat, unvermeidlich war, weil ihnen kein

treffendes Wort in der deutschen Muttersprache für das Fremdartige zur Verfügung stand, und solche, deren Entlehnung vollkommen überflüssig erscheint, weil die Muttersprache — bei vernünftiger, aufmerksamen und sorgfältigen Gebrauch — ohne die "Aussenentlehnung" aus einer anderen Sprachfamilie mit eigenen Begriffsbenennungen und Ausdrucksmöglichkeiten auskommen kann. Dass die Grenzen zwischen den beiden Hauptgruppen dieser Sprachneubildungen nicht unverrückbar, sondern fließend sind, unterstreicht Oberacker, indem er sie "elastisch" nennt, ihnen also den Charakter der relativen Dehnbarkeit beibt.

Die Liste der sprachlichen Neu- und Umbildungen kann natürlich noch erweitert werden. Denn die Sprache ist in ständigem Fluss. In ihr offenbart sich der Geist der Zeit, der Geist der Gemeinschaft, ihrer historischen Entfaltung in Vergangenheit und Gegenwart, der Geist der Umwelt mit allen Schattierungen. Lehnwörter hat jede Sprache aufgenommen, oft in so grosser Zahl, dass man geneigt wäre, von einer Mischsprache zu reden.

Das in Südbrasilien gesprochene Deutsch, wie es sich uns heute darbietet, hat durch den Einfluss der portugiesischen Sprache unwandelnde Beimengungen erlitten und ist so zu einer Mischsprache geworden. Dabei handelt es sich nicht nur um die Übernahme von Elementen des fremden Wortschatzes, wie sie Oberacker in seiner Liste zahlreich aufführt, sondern auch um Wortbildungsmittel, Redensarten und syntaktische Gestaltungen, die nach dem Muster der portugiesischen Sprache geformt wurden, ja auch um Laute, Sprachmelodisches und Formen. Wenn hier der Komparativ "mehr frisch" und "mehr frischer" erscheint, so liegt ohne Zweifel Einwirkung des portugiesischen "mais fresco" vor, im letzteren Falle bei gleichzeitiger Kontamination mit dem deutschen Komparativ. Auf eindeutig portugiesischem Vorbild beruhen Formen, bei denen dem possessiven Pronomen der Artikel vorgesetzt wird: der mein Hund — o meu cachorro — und Wendungen wie: es macht kalt — faz frio —, er macht ein Fest —, er ist mit ihm ähnlich. Überhaupt wird der Wirkungsbereich des Verbums "machen", nach portugiesischem Muster, immer weiter. Ähnliche Wirkungen beobachtet man im Pennsylvania-Deutsch unter englischem Einfluss.

Im allgemeinen beruhen die Verbreitungsursachen von solchen Spracherscheinungen im Verkehr der Menschen untereinander und, psychologisch gesehen, vor allem auf dem Mehrwert der Geltung der Sprache bestimmter landchaftlicher oder sozialer Gruppen. Verseinheitlichung, Dauer und Untergang von Siedlungsmundarten, ihr Aufgehen in fremden Sprachen ist von verschiedenen Faktoren abhängig, deren Kräfte im Soziologischen, Psychischen und Politischen wurzeln. Sie vermögen die Verkehrsgemeinschaft der Siedler zusammenzuhalten oder zu sprengen, aufzulösen oder in andere einzuschmelzen.

Sprachmischung hat ihre Quellen auch meistens in Sprachunsicherheit. Beide führen zur Nachlässigkeit gegenüber der Sprache und erzeugen eine kulturlose Sprachform, die man, als Jargon bezeichnet. An einem Sprachverfall hat auch die Bildungsschicht einen betrüblichen Anteil.

R. B.

JOSÉ LODEIRO — TRADUÇÕES DE TEXTOS LATINOS — Editôra Globo —
Pôrto Alegre, 1955, 12a. ed., Separata do Livro — 386 pp. 86 pp.

É um livro, eminentemente didático, publicado para uso dos ginásios, colégios e seminários. Contém na mesma página: a ordem inversa e a ordem direta, a tradução literal e numerosas anotações. A separata do livro contém somente o texto original para ser usado em aula. É indicado também como se deve estudar neste livro.

O fato de que êste excelente manual já alcançou a 12a. edição, é prova de que é deveras útil. Numerosos professores de latim tiveram palavras de louvor para o Autor desta publicação. Não hesitamos em unir nossos louvores aos de tantos e tão categorizados mestres.

A Editôra Globo, cujos grandes méritos no setor das publicações didáticas são conhecidos por todo o mundo, e o prof. José Loleiro, ilustre catedrático da Universidade do Rio Grande do Sul, presentearam todos os alunos de latim com um livro que, sem sombra de dúvida, é um instrumento ótimo para fãcilmente traduzir e apreciar a gloriosa língua de Roma.

Luigi Castagnola

ÂNGELO RICCI — SGUARDO SUL NOVECENTO LETTERARIO ITALIANO —
Edições da Faculdade de Filosofia, Universidade do R. G. do Sul — Pôrto Alegre,
1957 — 96 pp.

A Faculdade de Filosofia da Universidade do R. G. do Sul manifesta seu dinamismo cultural também no setor das publicações. "Queste pagine — que constituem o li volume da série "Letras" — vogliono essere semplicemente una rapida e modesta sintesi d'informazioni e di certi motivi, che mi sono sembrati gl'indici più salienti del panorama del Novecento letteraro italiano". Assim escreve na "Avvertenza" o Autor, catedrático de Língua e Literatura Italiana na Faculdade de Filosofia da Universidade do RGS.

A primeira parte contém informações sôbre a atividade literária da Itália, relativas aos últimos cinqüenta anos. Com penetração, competência, liberdade e originalidade o Autor fala das revistas, das escolas e dos escritores italianos que tiveram maior ressonância no mondo da arte literária, salientando-lhes os aspectos novos e originaes, negativos ou positivos. A segunda parte contém uma série de textos, escolhidos para confirmar as opiniões sustentadas pelo A. na primeira parte.

Páginas objetivas, eruditas, fluentes, valioso auxílio aos alunos dos cursos de Letras Neolatinas, para os quais as escreveu o eminente Autor.

Luigi Castagnola.
